

Ulisse Alessio Floridi, S.J.

O RADICALISMO CATÓLICO BRASILEIRO

**para onde vai
o catolicismo
progressista
no Brasil**

HORA PRESENTE

Título do original italiano
RADICALISMO CATTOLICO BRASILIANO

Coleção

HORA PRESENTE

Direitos reservados para língua portuguesa
por

HORA PRESENTE — *Sociedade de Cultura e Educação S/C Ltda.*

Rua 24 de Maio, 77, 10.º andar, conj. 1003

SÃO PAULO

1973

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ULISSE ALESSIO FLORIDI, S. J.

O RADICALISMO CATÓLICO BRASILEIRO

PARA ONDE VAI
O CATOLICISMO PROGRESSISTA
NO BRASIL

Tradução de
LENILDO TABOSA PESSOA

Comissão de Leitores
Livro n.º

HORA PRESENTE

-problema. Isso em 1961. Aqui defrontei-me com uma massa intensa de camponeses em absoluta miséria, compondo a grande maioria de minha paróquia. A terceira e última etapa foi o estímulo que a opinião pública de Pernambuco sempre me devotou nas lutas sociais pela promoção dos camponeses.

— *Acha que as estruturas da Igreja devem ser transformadas?*

— Acho que a estrutura da Igreja já está superada. A que existe, não deve sequer ser transformada. Deve urgentemente ser criada uma nova estrutura. A mensagem da Igreja é uma só em qualquer época do mundo. A estrutura, porém, onde essa mensagem se consolida, tem que ser totalmente da época. Temos de criar a Igreja do século XXI.

— *Qual a função social da Igreja?*

— A Igreja não tem nenhuma função social. É demagogia religiosa falar em função social da Igreja. É a função religiosa da Igreja que deve levá-la a participar de todos os problemas humanos. A Igreja não é salvadora de almas, mas de pessoas humanas com todos os seus *qüiproquós*. A distinção entre o humano e o espiritual, o social e o religioso, é uma artimanha para se desprezar, sem demonstrar, o homem todo. Quem já viu uma alma passeando de guarda-chuva na rua? Ou um corpo sem alma andando, viajando, comendo feijão?

— *Acha que o governo atual corresponde aos anseios e necessidades do país?*

— O governo atual nem corresponde e nem podia responder às necessidades e anseios do país. Como todos os seus antecessores, e como os imediatamente sucessores dele. Todos representam o passado e ainda vão representar por mais vinte anos. Cairão com a superação da geração e da mentalidade da qual são representantes. Poderemos trocar os homens a curto prazo, mas é saindo de Chico e caindo em Francisco.

— *A Igreja deve ocupar o lugar das esquerdas e encaminhar a seu modo as soluções dos problemas nacionais?*

— A Igreja não pode nem deve encaminhar solução nenhuma. Não pode substituir lugar de ninguém porque ela tem o seu e no Brasil nunca ocupou, por omissão e conivência com os poderosos do dia. A sua posição é de ser animadora, estimuladora das forças vivas e positivas da realidade nacional.

— *O socialismo poderia ser a solução dos problemas nacionais?*

— Nenhum *ismo* tem sentido em si mesmo. São falsas todas as acomodações ideológicas para a solução dos problemas de qualquer nação. O que serve para o Brasil é o brasileiroismo, se se quiser arranjar um *ismo*. Isto é, a solução dos nossos problemas à nossa imagem e semelhança, e não como está sendo, uma cópia vergonhosa dos padrões imperialistas.

— *Esta solução poderá ser imposta por meios pacíficos?*

— Deve ser começada a ser imposta por uma pressão de máxima temperatura contra as estruturas. Se estas puderem ser cozinhadas por essa pressão, ótimo. Se não, os meios pacíficos serão ineficientes. Mas não há porque começar com violência" (52).

O Brasil tinha e tem necessidade de uma reforma agrária. Mas não, como observa justamente o já citado prof. João Camillo de Oliveira Tôrres, "na lei e na marra... *contra* os fazendeiros, com sindicatos rurais organizados oficialmente em uma linha hostil, expressamente hostil aos proprietários de terra, que terminaria, necessariamente, em uma reforma agrária recebida com as armas em punho"; os sindicatos rurais não podem ser "grupos puramente agressivos do tipo das Ligas Camponesas", simples "instrumentos da luta revolucionária", mas devem ser "instrumento de diálogo entre as classes, um modo de fornecer ao trabalhador os meios para falar de igual para igual com os patrões... devem ter uma orientação nitidamente anticomunista, convido, como, de resto, se fez em alguns lugares, que a Igreja encoraje sua organização para evitar contaminações e assim dirigir a coisa, desde o princípio em condições sãs. Sindi-

(52) "Manchete" — 13 de julho de 1968.

catos para dialogar com os patrões, não para patrocinar agitações, e principalmente sindicatos politicamente neutros..." (53).

Dois bispos (D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, e D. Antônio de Castro Mayer, bispo de Campos) e dois professores (Plínio Corrêa de Oliveira e Luiz Mendonça de Freitas) publicaram um livro, "Reforma agrária — questão de consciência" (54), que teve o êxito de um "best-seller" e contribuiu para esclarecer as idéias sobre o debate em curso.

Esse livro exprime as idéias da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. Numa advertência preliminar os autores admitem uma reforma agrária "sã, que constitua um autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã", mas a distinguem da "reforma agrária" (entre aspas) "revolucionária, de esquerda e malsã, em desacordo com esta tradição". Na primeira e segunda seções da obra examinam, à luz da moral e dos documentos pontifícios, várias proposições da "reforma agrária".

Eis algumas delas: "A "reforma agrária" que pretende dividir as propriedades grandes e médias, de modo que no Brasil existam apenas propriedades pequenas é intrinsecamente uma medida magnífica de justiça... A razão demonstra que os homens são todos iguais por natureza. Por isso não é justo que alguns tenham muita terra e outros pouca ou nenhuma... Este princípio de igualdade é também ensinado pelo Evangelho... Quem tem demais deve dividir com quem tem menos. O regime do assalariado é em si mesmo injusto e contrário à dignidade humana... A alguns parece que a supressão de todas as desigualdades seria justa, mas é utópica... mas a lei deve tender para esse objetivo como a medicina que tende a abolir todas as doenças... Sendo o acesso do trabalhador à propriedade rural um direito, a divisão compulsória das terras deve ser aplaudida... Não adianta argumentar com a possibilidade

(53) Camillo de Oliveira Tôrres — Razão e destino da revolução" — op. cit. — págs. 147-148.

(54) Dom Geraldo de Proença Sigaud, Dom Antônio de Castro Mayer, Plínio Corrêa de Oliveira, Luiz Mendonça de Freitas — "Reforma agrária — questão de consciência" — Ed. Vera Cruz — São Paulo — 1962.

de distribuição das terras não cultivadas... o trabalhador de hoje não se submete à luta desumana e perigosa contra as florestas virgens... São necessários pesados impostos sobre heranças... A hereditariedade das fortunas dá origem à formação de oligarquias... A família é uma instituição legítima, mas é compatível com o progresso só na medida em que não dá origem a nenhum privilégio... É possível que, numa situação normal, esta “reforma agrária” não seja justa, mas encontramos-nos em condições excepcionais... A propriedade tem uma função social; a agricultura que é a nossa principal fonte de riqueza, deveria render o bastante para manter o Estado com largueza. Pelo contrário, o Brasil vive pobre e cheio de dívidas; isso significa que a agricultura não cumpre sua missão; daqui a necessidade de uma reforma de base... O dever da Igreja é ser a favor dos pobres contra os capitalistas... Apesar de ser censurável e injusta, a “reforma agrária” está no espírito do tempo e virá de qualquer jeito: é inútil opor-lhe qualquer resistência...”.

Apesar desta e de outras sérias intervenções de pessoas competentes e autorizadas, os radicais queriam absolutamente a aprovação de sua “reforma agrária”. O presidente da SUPRA (Superintendência da Política Agrária), João Pinheiro Neto, expressão das esquerdas e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), passando por cima do Parlamento, arrancava do presidente da República a assinatura do decreto de reforma⁽⁵⁵⁾. João Goulart, no dia 13 de março de 1964, anunciava, em um comício público, o fato consumado, mas no dia 31 do mesmo mês a revolução dos militares, com o apoio da grande maioria do povo (veja-se o testemunho imparcial do já citado prof. Tôrres), destituía-o.

Quis citar algumas das proposições dos fautores da “reforma agrária” porque muitas delas são hoje defendidas inclusive por um crescente número de sacerdotes e bispos. Particularmente importante me parece a última, porque corresponde ao que muitas vezes repetiu D. Helder Câmara.

(55) Mário Victor — “Cinco anos que abalaram o Brasil” — Ed. Civ. Brasileira — Rio de Janeiro — 1965 — pág. 467.

De resto, leia-se a “Mensagem dos Bispos do Terceiro Mundo”⁽⁵⁶⁾, sobre a qual falarei no último capítulo, e ninguém se admirará de que o livro “Reforma agrária — questão de consciência” seja hoje propositadamente ignorado por boa parte do episcopado brasileiro. Ainda mais, a própria Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, ainda apoiada pelos bispos de Diamantina e Campos, foi objeto, em 1966, de uma estranha e breve “nota” da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, na qual se diz que as “posições” da Sociedade “não representam o pensamento da Comissão Central do Episcopado brasileiro”, acrescentando: “Sirva esta nota não só para exortar aqueles católicos à obediência aos autênticos pastores, como também para acautelar os demais acerca das atividades da referida organização”⁽⁵⁷⁾.

Nota estranha porque não é uma condenação da Sociedade, mas uma exortação aos seus membros para que obedeam aos legítimos pastores, entre os quais estão exatamente o arcebispo de Diamantina e o bispo de Campos, aos quais os membros da Sociedade obedecem com o máximo respeito e devoção. Nota lamentável porque provocou fatos incompreensíveis: muitos párocos expulsaram os jovens dessa Sociedade que recolhiam assinaturas contra o divórcio ou distribuíam o jornal “Catolicismo”, publicado com o “imprimatur” do bispo de Campos⁽⁵⁸⁾.

Tive oportunidade de conhecer os membros desta Sociedade e fiquei impressionado com sua seriedade e espiritualidade. Evidentemente, a Sociedade não aceita o socialismo mas, como já observei na introdução, referindo-me à autorizada revista romana “La Civiltà Cattolica”, exatamente porque hoje a Igreja prefere recorrer à opinião dos especialistas, nem sempre unânimes, não se pode exigir que, em matéria de política agrária, todos os católicos tenham as mesmas soluções. Uma coisa são os princípios morais fun-

(56) “Temoignage chrétien” — 31 de agosto de 1967.

(57) “Revista Eclesiástica Brasileira” — junho de 1966 — pág. 456 e setembro de 1966 — págs. 635-637. Nesta segunda nota repete-se que os bispos brasileiros não pretenderam condenar a Sociedade.

(58) “Diário de Minas” — 9 de março de 1968; “O Estado de S. Paulo” — 2 de julho de 1968.

damentais do Magistério da Igreja e outra os modelos concretos de sociedade, que podem ser vários. Os bispos do Terceiro Mundo que assinaram a já citada “Mensagem”, por exemplo, sustentam que o socialismo é mais indicado para os povos subdesenvolvidos. Não obstante, não se pode dizer que quem pensa de maneira diversa seja contrário à moral e ao Magistério da Igreja.

Uma crítica pode ser feita tanto aos autores de “Reforma agrária — questão de consciência” quanto aos da mencionada “Mensagem”: a de pretender que suas posições sejam as da Igreja e, por isso mesmo, querer impô-las a todos.

Por outro lado, há católicos, no Brasil, que preferem e prefeririam as Ligas Camponesas de Julião e os sindicatos comunistas em vez dos cristãos, assegurando, com seus votos, a vitória dos primeiros (é o caso da “Ação Popular”) e há, como se verá mais adiante, sacerdotes e bispos que manifestam sua admiração por Castro, “Che” Guevara e o sacerdote-guerrilheiro Camillo Tórres, que, a propósito da coletivização da terra, de colaboração com os comunistas e de violência foi muito explícito ⁽⁵⁹⁾.

Deixando para tratar desta questão no último capítulo, quero, desde agora, observar que, se tudo isso significasse aprovação da política agrária comunista e dos métodos violentos com os quais ela é imposta, então teria razão Josué de Castro quando afirma que Julião foi superado pelos católicos e pelo clero do Nordeste ⁽⁶⁰⁾. Mas num sentido pejorativo. Uma vez que, se é compreensível que Julião tenha criado um cristianismo à sua maneira, é impressionante que leigos e eclesiásticos católicos sigam um Evangelho segundo Fidel Castro.

(59) Norberto Habegger — “Camilo Torres prete e guerrigliero” — Cultura Editrice — Florença — 1968 — págs. 51, 70 e ss.

(60) Josué de Castro — “Una zona esplosiva: il Nordeste del Brasile. Un punto chiave nella “geografia della fame” — Ed. Einaudi — Torino — 1966 — pág. 200.